



MINISTÉRIO DO TURISMO CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 315 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2023 - 7655 - www.turismo.gov.br

Ata de Reunião

Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Turismo

Data: 17 de setembro de 2025 (quarta-feira)

Horário: Início: 14h00 – Término: 17h00

Local: 62ª Equipotel e 65º Conotel 2025 – Expo Center Norte, São Paulo/SP

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, nas dependências da 62ª Equipotel e 65º Conotel, realizadas no Expo Center Norte, em São Paulo/SP, teve início a 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Turismo (CNT). O(a) mestre de cerimônias declarou aberta a reunião, informou que a sessão estava sendo gravada para fins de elaboração de ata, registrou a verificação de quórum, que confirmou a presença necessária para deliberação, e solicitou que os conselheiros e demais participantes se identificassem com nome e entidade ao fazer uso da palavra.

Na sequência, foi franqueada a palavra ao Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional), senhor Manoel Linhares, que saudou a Secretária Cristiane Sampaio, os membros do Conselho e os organizadores da Equipotel/Conotel, agradecendo a realização, pela primeira vez em 67 anos, de uma reunião do CNT no maior evento de hotelaria e gastronomia da América Latina. Destacou que a iniciativa demonstra o respeito do Ministério do Turismo (MTur) aos atores que atuam na linha de frente do setor e afirmou nunca ter presenciado um conselho tão presente e participativo. Agradeceu à RX e à Equipe Hotel pela cessão do espaço, registrou que esta deverá ser sua última reunião como conselheiro, em razão de sua pré-candidatura a deputado federal, e assumiu o compromisso de seguir defendendo o turismo no Congresso Nacional. Ressaltou ainda os avanços recentes obtidos pelo MTur em favor da hotelaria, como a regulamentação do intervalo de três horas nas diárias e o check-in eletrônico, reiterando os agradecimentos ao Ministro do Turismo e à equipe do Ministério.

Em seguida, o Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimento do MTur, senhor Carlos Henrique Sobral, saudou os presentes e apresentou brevemente os quatro programas sob responsabilidade de sua Secretaria que constam da pauta do dia: atração de investimentos privados para o turismo; parcerias e concessões; facilitação de crédito e incentivo ao turismo; e mobilidade e conectividade turística, os quais seriam detalhados posteriormente. Informou os resultados recentes do setor: o Brasil alcançou o recorde histórico de 6,8 milhões de turistas internacionais, anunciado pelo Ministro do Turismo em agenda em Belém, e o faturamento do turismo no primeiro semestre do ano atingiu 108 bilhões de reais, crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que evidencia que o trabalho conjunto entre Ministério e Conselho segue na direção correta.

Na sequência, o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos do MTur, senhor Wilken Souto, registrou a satisfação em reassumir a condução técnica dos trabalhos

do Conselho, assessorando a Secretaria Executiva do CNT. Destacou a retomada do caráter técnico e propositivo do Conselho e das Câmaras Temáticas, lembrando que, na reunião anterior, foram apresentados importantes resultados normativos e legislativos. Ressaltou dois avanços anunciados no âmbito do Conotel: a modernização da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) para o formato digital, desenvolvida em parceria com o Serpro, e a portaria que disciplina os procedimentos de entrada e saída de hóspedes nos meios de hospedagem, conferindo segurança jurídica ao setor ao tratar de temas historicamente sensíveis como a composição da diária. Enfatizou que tais atos foram construídos de forma participativa, com contribuições dos membros do Conselho, cuja expertise sobre o dia a dia dos empreendimentos e das relações de consumo é essencial para a formulação de políticas públicas. Informou que, na pauta do dia, seriam apresentados programas que integram o Plano Nacional de Turismo 2024-2027, organizados em torno de cinco metas e vinte programas, elaborados em conjunto pelas equipes técnicas do MTur e da Embratur, com consolidação das contribuições coordenada pela Secretaria Executiva do Conselho.

Em seguida, a representante da Embratur, senhora Carolina Stolfi, falou em nome do Presidente Marcelo Freixo, ausente por motivo de férias. Agradeceu o convite, parabenizou a Secretaria Cristiane Sampaio e o senhor Manoel Linhares pelas falas e destacou a relevância da parceria entre Embratur, MTur e setor privado. Ressaltou o marco histórico dos 6,8 milhões de turistas internacionais, que superam o recorde anterior alcançado na Copa do Mundo de 2014, após dez anos de esforço. Apresentou o Plano “Brasis”, lançado em maio, estruturado como diretriz macro para a promoção internacional, alinhado ao Plano Nacional de Turismo e desenvolvido em parceria com MTur e Sebrae, contemplando também planos estaduais e a análise da oferta competitiva de cada unidade da Federação. Explicou que o plano busca atender destinos com demanda reprimida e longínquos, orientando ações de conversão de interesse em viagens efetivas, com base em critérios técnicos e em articulação com os diversos atores do ecossistema. Convidou as entidades representadas no CNT a participarem das apresentações estaduais do Plano Brasis e a garantirem a presença de seus associados nesses encontros, colocando a Embratur à disposição para agendas específicas com associações setoriais (como Resorts Brasil, CNC, FOHB e demais entidades), com vistas à construção de planos próprios que contribuam para a geração de demanda internacional para o Brasil.

Dando prosseguimento, o(a) mestre de cerimônias convidou a Secretária Nacional de Políticas de Turismo e Secretária-Executiva do CNT, senhora Cristiane Sampaio, para conduzir os trabalhos da ordem do dia. A Secretária registrou que a pauta já havia sido apresentada por Wilken Souto e informou que o primeiro item trataria da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes eletrônica, enfatizando que, mais do que um “lançamento”, o foco é a adesão massiva dos meios de hospedagem, uma vez que a FNRH digital passa a contar com regra clara, portaria específica e caráter obrigatório, trazendo facilidades para hotéis, hóspedes e gestão pública. Destacou que caberá ao Conselho e às entidades representadas apoiar a disseminação e implementação da ferramenta.

Por solicitação da área técnica, foi invertida a ordem da pauta, iniciando-se pela apresentação dos “Procedimentos de entrada e saída de hóspedes em meios de hospedagem”, relativos à nova portaria que regulamenta o art. 23 da Lei Geral do Turismo. A técnica do MTur, senhora Ana Modesto, Coordenadora-Geral de Formalização e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos, apresentou o processo de elaboração da portaria, destacando seu caráter participativo, por meio da Câmara Temática de Legislação Turística e do Comitê Consultivo do Cadastur (CCCAD). Informou que a minuta inicial foi submetida a 16 entidades representativas,

tendo recebido contribuições de nove delas. Após análise técnica, sete contribuições foram acolhidas parcialmente, uma acolhida integralmente e quatro rejeitadas, todas devidamente justificadas em parecer específico. Explicou que, após ajustes, a nova versão foi debatida em três reuniões do CCCAD e, em seguida, encaminhada à Consultoria Jurídica e às instâncias internas competentes do MTur, resultando na portaria assinada pelo Ministro do Turismo no dia anterior à reunião.

Ana Modesto esclareceu que a portaria regulamenta os procedimentos de entrada e saída de hóspedes, o conceito de diária e os serviços obrigatórios, com o objetivo de padronizar práticas e garantir segurança jurídica aos meios de hospedagem. Foi reiterado que a diária corresponde ao período de vinte e quatro horas, cabendo ao estabelecimento definir e informar previamente os horários de check-in e check-out, bem como as condições para cobrança de valores adicionais em casos de entrada antecipada ou saída postergada, desde que pactuados com o hóspede. A portaria estabelece que o período destinado à higienização do apartamento, entre a saída de um hóspede e a entrada do seguinte, não poderá exceder três horas, prazo considerado suficiente para limpeza e arrumação. Entre os serviços obrigatórios incluídos na diária, constam a higienização completa da unidade habitacional e a troca de roupas de cama e banho, resguardado o direito do hóspede de dispensar tais serviços, desde que mantidas condições adequadas de uso. A fiscalização do cumprimento das normas caberá ao MTur e a órgãos delegados de estados e municípios com Acordos de Cooperação vigentes, incentivando-se a ampliação dessa rede de fiscalização. Foi informado, ainda, que a portaria entrará em vigor noventa dias após sua publicação, prazo destinado à adaptação dos empreendimentos.

Na sequência, o senhor Wilken Souto complementou a apresentação, destacando que a regulamentação atende demanda histórica do setor de hospedagem, decorrente de interpretações divergentes sobre a composição da diária prevista na Lei Geral do Turismo, o que gerava insegurança jurídica e autuações por parte de órgãos de defesa do consumidor. Explicou que o limite de três horas de higienização, inserido na diária de vinte e quatro horas, uniformiza a prática de mercado, ao mesmo tempo em que assegura transparência na relação de consumo, uma vez que o hóspede passa a ter ciência de que o período de limpeza integra o valor cobrado. Ressaltou que a portaria descreve minimamente as atividades de higienização – como troca de roupas de cama, toalhas e limpeza completa do quarto –, cabendo a cada estabelecimento agregar serviços adicionais como diferencial competitivo.

Em intervenção da plateia, foi registrado que o período de três horas deve ser entendido como limite máximo, permitindo que hotéis com processos mais ágeis adotem janelas menores, em benefício do consumidor, o que foi confirmado por Wilken Souto. O conselheiro também informou que o Ministério do Turismo notificaria a Assembleia Legislativa de Minas Gerais acerca da competência exclusiva da União, por meio do MTur, para regulamentar o tema, tendo em vista projeto de lei estadual recentemente aprovado em sentido divergente.

A representante da Federação Brasileira de Hospedagem (FBHA), senhora Lírian, parabenizou o trabalho da equipe técnica e manifestou preocupação com eventual conflito entre a nova portaria e o Decreto nº 7.381, de 2010, ainda vigente, que regulamenta a Lei Geral do Turismo anterior, podendo gerar interpretações equivocadas quanto à aplicabilidade dos dispositivos. Wilken Souto esclareceu que, considerando o prazo de noventa dias para entrada em vigor da portaria, a expectativa do Ministério é publicar, nesse intervalo, o novo decreto de regulamentação da Lei Geral do Turismo atualizada, cujo texto já foi compartilhado com o Conselho e se encontra em análise final nas áreas técnicas, eliminando assim qualquer insegurança jurídica.

Encerrado o debate sobre a portaria de diárias, o senhor Wilken informou que, conforme a pauta, seria apresentada a modernização da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) eletrônica e a estratégia de implementação. Foram convidados a técnica do MTur, senhora Ângela Cascão, e o coordenador-geral de Tecnologia da Informação do MTur, senhor Mário Rudá. Ângela Cascão contextualizou que a modernização da FNRH é demanda antiga do setor, motivada por problemas de filas, preenchimento manual repetitivo e qualidade das informações coletadas. Foi exibido vídeo institucional sobre a nova FNRH digital, destacando suas principais características: registro eletrônico de hóspedes, integração com sistemas de gestão hoteleira (PMS), armazenamento seguro em nuvem, automatização de estatísticas e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com ganhos de agilidade, redução de custos e maior confiabilidade dos dados para planejamento de políticas públicas.

Em seguida, Ângela apresentou a interface e o fluxo da nova ficha. Explicou que a FNRH digital, prevista na Lei Geral do Turismo, passa a ser obrigatória para todos os meios de hospedagem do país e será acessada via GOV.br, em ambiente desenvolvido em parceria com o Serpro. O hóspede poderá acessar a ficha de três formas: (i) autenticação com GOV.br, modelo preferencial, que garante validação automática dos dados pessoais; (ii) acesso sem GOV.br, mediante preenchimento completo dos dados pelo hóspede, para casos de dificuldade de acesso; e (iii) módulo específico para estrangeiros sem CPF, a partir do número do passaporte, cuja validação futura será integrada com as bases da Polícia Federal, conforme complementou Mário Rudá. Foram elencados os objetivos da nova ficha: facilitar e agilizar o check-in, reduzir filas e burocracia, melhorar a experiência de turistas e empresários, gerar estatísticas confiáveis para políticas públicas e reforçar a segurança e proteção de dados.

Foi esclarecido que a assinatura manuscrita da ficha deixa de ser exigência do Ministério do Turismo, ficando a critério do meio de hospedagem adotar outros instrumentos contratuais, caso julgue necessário, dado que a autenticidade passa a ser garantida pela autenticação digital via GOV.br. A plataforma é nacional, única, e permite integração com sistemas de gestão hoteleira por meio de API, bem como o uso direto do módulo de reservas para estabelecimentos que ainda não dispõem de PMS, servindo também como ferramenta básica de controle de entradas e saídas.

Na apresentação da arquitetura do sistema, Mário Rudá explicou que a solução é composta por três módulos: (i) módulo do meio de hospedagem, (ii) módulo do hóspede e (iii) módulo de gestão do MTur. Informou que o primeiro passo para utilização da FNRH digital é a atualização do cadastro do empreendimento no Cadastur, indicando o CPF do responsável pela gestão da ficha, que terá atribuição de gerar o QR Code do estabelecimento, parametrizar o uso da API e autorizar usuários (como recepcionistas) no sistema. Ressaltou-se a recomendação de que o responsável principal seja o proprietário do hotel ou gerente geral, com delegação de competências a colaboradores de confiança. Esclareceu ainda que hotéis com PMS poderão integrar seus sistemas à FNRH por meio de documentação técnica já disponibilizada, enquanto meios de hospedagem sem sistemas próprios poderão utilizar o módulo de reservas da própria ficha.

Quanto à experiência do hóspede, foi detalhado que o acesso poderá ocorrer por QR Code disponibilizado na recepção, em comunicações de confirmação de reserva ou em outras interfaces definidas pelo meio de hospedagem, permitindo o pré-check-in antes da chegada ao hotel. No momento da entrada, caberá ao recepcionista apenas conferir o documento e registrar a entrada no sistema, reduzindo significativamente o tempo de atendimento no balcão. Os dados registrados alimentarão, em tempo quase real, as bases do Ministério do Turismo, permitindo a geração de estatísticas de fluxo, perfil e motivação da viagem.

Em debate subsequente, o conselheiro Cláudio Magnavita questionou sobre a integração dos dados da FNRH com órgãos de segurança pública (Polícia Federal, Secretarias Estaduais de Segurança, Ministério Público e outros), destacando o potencial da base para apoio à identificação de foragidos, combate a fraudes e melhoria da cooperação federativa em segurança turística. Mário Rudá respondeu que já há Acordo de Cooperação firmado com a Polícia Federal e que, após o lançamento, serão iniciados os desenvolvimentos técnicos para integração via API entre os sistemas, com tratativas em andamento também com o Ministério Público Federal e Polícia Rodoviária Federal. Pontuou que a utilização dos dados seguirá estritamente os preceitos da LGPD e de acordos específicos, garantindo o uso exclusivo por órgãos competentes. Wilken Souto reforçou essa informação e indicou a perspectiva de conclusão dessas integrações no mesmo horizonte de noventa dias previsto para a entrada em vigor da portaria de diárias.

A representante da Embratur, Carolina Stolfi, ressaltou a relevância da FNRH digital para aperfeiçoar o acompanhamento dos fluxos de turistas internacionais no território nacional, uma vez que, atualmente, as bases de entrada em fronteira não permitem identificar com precisão os destinos finais (por exemplo, turista que chega por São Paulo, mas se desloca para Manaus ou Roraima). Destacou que a combinação dos dados de fronteira com os registros de hospedagem permitirá a elaboração de mapas mais precisos de consumo e deslocamento, subsidiando a promoção internacional e o Plano Brasis. Mário Rudá concordou com o potencial da integração, salientando que a ficha registra nacionalidade, destino e motivo da viagem, o que possibilitará leituras estratégicas, sem exposição de dados pessoais, a partir de índices agregados. Ainda no debate, foi mencionado por conselheiros que a melhoria da experiência do turista internacional no Brasil também demanda atenção a outros gargalos, como a dificuldade de aquisição de chips de telefonia por estrangeiros sem CPF, ponto que poderia ser objeto de articulação interministerial, dada sua relevância para a conectividade e segurança do visitante.

Dando continuidade aos registros, foi concedida a palavra ao senhor Marcos Armando Campos Mello, representante da UBRAFE, que indagou se a nova Ficha Nacional de Registro de Hóspedes conteria campo específico para identificar a participação do hóspede em eventos, bem como o tipo de evento e, eventualmente, a possibilidade de nominar o evento frequentado. O coordenador-geral de TI do MTur, senhor Mário Rudá, esclareceu que, na versão atual, a ficha contempla apenas a seleção de motivos da viagem, sem identificação nominal do evento. Posteriormente, o senhor Wilken Souto detalhou que dentre as motivações disponíveis constam, entre outras, “congresso/feira”, “estudos/cursos”, “negócios”, “lazer/férias” e “visita a pais e amigos”, o que atende de forma mais precisa o segmento de congressos, feiras e eventos, manifestação que foi acolhida pelo representante da UBRAFE, entendendo que a ficha contempla de forma adequada o turismo de eventos.

A técnica Ângela Cascão ressaltou que a FNRH digital é resultado de longa construção técnica em parceria com o Serpro, mas que se trata de um sistema em constante evolução, passível de aperfeiçoamentos futuros a partir do uso e das demandas do setor, inclusive no que se refere ao detalhamento de motivos de viagem. Mário Rudá acrescentou que o maior desafio daqui em diante será justamente o aperfeiçoamento contínuo da ferramenta, com validação das funcionalidades em operação.

Retomando a discussão sobre segurança pública, o conselheiro Cláudio Magnavita frisou a importância de que o compartilhamento de dados da FNRH não se limite à esfera federal, através da Polícia Federal, mas seja estendido às Secretarias Estaduais de Segurança Pública e, onde existentes, às Delegacias Especializadas em

Atendimento ao Turista (DEATs), considerando que a Constituição atribui aos estados a responsabilidade primária pela segurança pública em seus territórios. Sugeriu ainda que tal articulação seja levada aos Conselhos Estaduais de Turismo, que possuem assento de órgãos de segurança e são instâncias previstas na Lei Geral do Turismo como braços do Conselho Nacional. O senhor Wilken Souto considerou pertinente a observação e esclareceu que a estratégia inicial prioriza os acordos em nível federal, mas que a lógica de cooperação poderá ser replicada com os estados, por meio de novos instrumentos de cooperação, sem qualquer restrição do MTur quanto a esse diálogo.

Na sequência, Mário Rudá detalhou aspectos operacionais do pré-check-in. Explicou que o hóspede poderá utilizar o QR Code do meio de hospedagem para preencher a ficha antecipadamente ou na recepção, com ou sem uso do Gov.br, sendo mantida em todos os casos a conferência presencial do documento de identificação no balcão. Reforçou que o uso do Gov.br confere grau adicional de segurança quanto à identidade do hóspede, mas que mesmo no acesso “sem Gov.br” a etapa de conferência presencial é obrigatória. Informou que está em desenvolvimento módulo específico do hóspede, no qual o usuário poderá consultar suas reservas, check-ins anteriores e cadastrar dependentes, otimizando ainda mais o processo em futuras hospedagens. Esclareceu que o nível mínimo de conta Gov.br já é suficiente para autenticação na ficha.

Foram prestados esclarecimentos adicionais sobre o módulo de estrangeiros, que utiliza o número de passaporte e atualmente está disponível em português, inglês e espanhol, com previsão de inclusão de outros idiomas de forma gradual. Quanto a situações de no-show, informou que o sistema permite o registro da não apresentação, com sincronização com os PMS integrados, de modo que os dados estatísticos refletem apenas as hospedagens efetivamente realizadas. Em intervenção, conselheiro sugeriu que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) também divulgue, em seus canais de orientação a turistas internacionais, informações sobre a FNRH digital e o processo de pré-check-in, inclusive avaliando soluções específicas para países com restrições de acesso à internet, como a hospedagem de interfaces em sites de embaixadas. Mário Rudá reconheceu a pertinência da sugestão, que será considerada nas próximas etapas de aprimoramento do sistema.

Durante a demonstração prática, alguns participantes realizaram o pré-check-in utilizando o QR Code de ambiente de testes disponibilizado pelo MTur, e o coordenador do Serpro esclareceu que, uma vez feito o primeiro cadastro do hóspede, os dados pessoais básicos são reaproveitados em futuras hospedagens, exigindo apenas a atualização das informações específicas daquela viagem, o que agiliza ainda mais o processo. Foi ressaltado, por participante, que o sucesso da ferramenta para fins de segurança pública dependerá de forte incentivo ao uso do Gov.br, por ser este o mecanismo que oferece maior garantia de vinculação entre pessoa e identidade digital, e que, em estágio futuro de difusão da ficha, está no radar a possibilidade de integração com tecnologias de reconhecimento facial já testadas em aeroportos, também desenvolvidas pelo Serpro.

Ao final da apresentação, o senhor Wilken Souto registrou reconhecimento público ao trabalho dos servidores envolvidos, sublinhando que se trata de uma tecnologia desenvolvida por equipes do serviço público federal. Convidou à frente os representantes do Serpro responsáveis pelo desenvolvimento, bem como o diretor Aldo e as servidoras e servidores do MTur que integraram a equipe técnica: Ângela Cascão, Ana Modesto, Mário Rudá e demais integrantes da coordenação, como Larissa, Woodson e Tamara, que se dedicaram intensamente à concepção dos atos normativos e à implementação da FNRH digital. Ana Modesto acrescentou agradecimentos ao conjunto da equipe de sua coordenação-geral. Em complemento, o

conselheiro Manoel Linhares destacou que, no cotidiano, consumidores fornecem dados pessoais em diferentes contextos comerciais sem grandes questionamentos e que, portanto, a ficha digital, integrada ao Gov.br e ao sistema federal, é instrumento seguro e merece confiança do setor, parabenizando novamente o Ministério.

Encerrado o item relativo à FNRH, o(a) mestre de cerimônias anunciou o próximo ponto da ordem do dia: **deliberação sobre alteração nos normativos que instituem as Câmaras Temáticas e ajustes correlatos ao decreto que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo**. O senhor Wilken Souto esclareceu que as resoluções de criação das Câmaras previam, em diversos casos, que a coordenação geral deveria ser exercida por servidor do Ministério do Turismo ou de unidade específica do órgão. Em razão da recente centralização das carreiras de nível superior no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, com descentralização dos servidores para outros órgãos, inclusive o MTur, a redação vigente deixou de refletir a situação funcional atual, podendo gerar entraves à continuidade das Câmaras. Explicou que a proposta consiste em atualizar as resoluções para estabelecer que a coordenação geral seja exercida por representante escolhido dentre os membros das entidades permanentes que compõem cada Câmara Temática, indicado pelo Ministro do Turismo, Presidente do Conselho, sem restringir a função exclusivamente a servidores do Ministério ou da Embratur. A medida confere maior flexibilidade e amplia a possibilidade de entidades assumirem a coordenação das Câmaras. Submetida a proposta à manifestação dos conselheiros presentes e dos participantes virtuais, não houve objeções registradas, sendo consideradas aprovadas as alterações formais, com autorização para que o MTur proceda aos ajustes necessários nas resoluções já publicadas.

Na sequência, a representante da FBH, A senhora Lírian, pediu a palavra para, em nome do segmento de hospedagem, parabenizar a Secretária Cristiane Sampaio, a equipe do Serpro e toda a equipe técnica do Ministério do Turismo, reconhecendo que a modernização normativa e tecnológica em curso decorre, em grande medida, da liderança e da confiança da secretária em sua equipe, conferindo autonomia para o desenvolvimento dos trabalhos. Cristiane Sampaio agradeceu as manifestações, ressaltando que os resultados são fruto da atuação conjunta do Ministério do Turismo como um todo, em especial da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos, e da parceria com o Conselho e as entidades.

Prosseguindo com a ordem do dia, o(a) mestre de cerimônias anunciou o item relativo à validação dos programas da Secretaria Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo (SNINFRA), passando a palavra ao Secretário Nacional, senhor Carlos Henrique Menezes Sobral. O secretário iniciou parabenizando novamente a equipe do MTur e do Serpro pelo êxito na implementação da FNRH digital, destacando que a demonstração prática comprovou a solidez da solução. Em seguida, apresentou o primeiro dos quatro programas sob responsabilidade da SNINFRA a serem validados pelo Conselho: o Programa de Atração de Investimentos Privados, cujo objetivo é captar recursos privados para o setor de turismo, apoiar, acompanhar e promover projetos e oportunidades de investimento no Brasil. Informou que o Ministério do Turismo mantém portal de investimentos com mais de 60 projetos cadastrados, representando potencial estimado de cerca de 710 mil empregos diretos e quase 6 bilhões de dólares em investimentos. Relatou, ainda, que, em evento realizado em Madri, o Ministro do Turismo, em conjunto com a ONU Turismo, lançou guia de atração de investimentos detalhando condições e orientações para investidores interessados no setor turístico brasileiro, instrumento que se articula diretamente com o programa apresentado.

Na sequência da apresentação, o Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos, **Carlos Henrique Sobral**, detalhou os demais programas sob

responsabilidade da SNINFRA. Explicou que o **Programa de Facilitação de Crédito** tem por objetivo ampliar e facilitar o acesso ao crédito para empreendimentos privados e novos investidores, estruturando uma política de crédito específica para o setor. Informou que, no âmbito do **FUNGETUR**, entre 2023 e 2025, foram contratados mais de **R\$ 2 bilhões** em operações (4.587 contratos), sendo mais da metade destinada a micro e pequenas empresas. Destacou ainda repasses superiores a **R\$ 210 milhões** para ações relacionadas à COP 30, bem como apoio ao Rio Grande do Sul em situação de calamidade, e mencionou o credenciamento recente de **31 agentes financeiros**, dos quais 17 são novos, ampliando as opções de acesso ao Fundo.

Apresentou, em seguida, o **Programa de Parcerias e Concessões**, voltado à promoção de parcerias com a iniciativa privada para o aproveitamento sustentável de ativos naturais e culturais, visando aperfeiçoar e diversificar a oferta turística nacional. Citou, como exemplos recentes, as concessões dos parques da **Chapada dos Guimarães (MT)** e de **Jericoacoara (CE)**. Por fim, descreveu o **Programa de Mobilidade e Conectividade Turística**, focado nos modais terrestre, aéreo e náutico, com o objetivo de aperfeiçoar a mobilidade, facilitar o acesso dos turistas às atrações e garantir segurança e comodidade, alinhado ao contexto do recorde de **6,8 milhões de turistas internacionais**.

O secretário reforçou que as minutas dos quatro programas foram previamente encaminhadas aos conselheiros, consolidadas pela Secretaria Executiva do Conselho, e que a equipe técnica (Camila Barenga, Elisabeth, Isabela e Guilherme) encontrava-se à disposição online para esclarecimentos. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de ajustes, foi **declarada a validação dos quatro programas**, que seguirão para os trâmites formais internos com vistas à sua instituição por portaria ministerial. O senhor Wilken Souto registrou que tais programas são produtos diretos das **Câmaras Temáticas de Mobilidade e Conectividade Turística** e de **Crédito e Atração de Investimentos**, reforçando o papel efetivo das câmaras na construção das políticas do Ministério do Turismo e agradecendo às equipes envolvidas.

Em seguida, o(a) Mestre de Cerimônias anunciou o **momento de fala dos conselheiros**, observando o tempo regimental de três minutos por inscrição. O primeiro a se manifestar, em participação remota, foi o senhor **Alexandre Panosso** (ANPTUR), que cumprimentou a Secretária Cristiane Sampaio e demais conselheiros, informando estar em **Caxias do Sul (RS)**, participando do **22º Seminário da ANPTUR** e do **10º Congresso Latino-americano de Investigação Turística**, reunindo cerca de 450 a 500 pesquisadores. Comunicou o resultado do edital de pesquisa científica em turismo internacional, fruto de parceria **Embratur-ANPTUR**, com quatro projetos aprovados, envolvendo mais de dez universidades brasileiras, com aporte global de **R\$ 500 mil** (R\$ 100 mil por projeto, com prazo de 12 meses). Detalhou os temas dos projetos aprovados, voltados a cidades criativas em gastronomia, internacionalização do turismo no contexto da transição climática, comportamento insustentável do turismo e turismo cinematográfico e soft power. Informou ainda que o próximo seminário da ANPTUR será realizado em 2025 no **Amapá**, e destacou a importância da articulação com a **Rede Brasileira de Observatórios de Turismo** e a **ABBTUR**. O(a) Mestre de Cerimônias parabenizou a ANPTUR pela iniciativa, agradeceu a parceria com a Embratur e pediu que fossem transmitidos cumprimentos aos participantes do evento acadêmico.

Na sequência, fez uso da palavra a senhora **Lírian Carvalho**, representante da **FBHA**, que reiterou o reconhecimento ao trabalho do Ministério do Turismo na condução do Conselho, destacando, em especial, a atuação de **Wilken Souto** e da Secretária **Cristiane Sampaio**. Lembrou que, ao longo dos últimos anos, o Conselho passou a funcionar de forma efetiva, com participação intensa do trade na

regulamentação da **Lei Geral do Turismo**, hoje com **91 membros**. Ressaltou que ainda há um conjunto significativo de portarias e o decreto regulamentar a serem concluídos, mas que o processo vem sendo conduzido de forma exemplar e participativa, com forte envolvimento das entidades de turismo. Em comentário, conselheiro registrou homenagem ao ex-Secretário **Milton Zuanazzi**, creditando a ele o impulso inicial para reativar o Conselho Nacional de Turismo e ampliar sua composição. Lírian endossou o reconhecimento e reforçou que o número expressivo de entidades não prejudicou a qualidade dos trabalhos, que caminham para um ambiente regulatório mais seguro e favorável ao desenvolvimento do turismo.

Prosseguindo com as participações remotas, o(a) Mestre de Cerimônias chamou o senhor **Jaime Prado**, representante da **ABETA**, que saudou a mesa e apresentou dois pontos. Primeiro, **ratificou o pedido de inclusão da ABETA na Câmara Temática de Segurança Turística**, mencionando possível equívoco na indicação inicial e reiterando o interesse da associação, que atua fortemente com turismo de aventura e segurança operacional. Em segundo lugar, elogiou a nova metodologia de categorização do **Mapa do Turismo Brasileiro**, agora composta por **70 indicadores em 10 dimensões**, incluindo governança, recursos culturais, políticas públicas e segurança, mas manifestou preocupação com o recorte atual da dimensão segurança, que contempla apenas indicadores como taxas de encarceramento, feminicídio e homicídio de jovens. Pleiteou que, em futuras revisões metodológicas, passe a ser considerada também a **segurança na operação do turismo na natureza**, sugerindo que o Conselho intermedeie a inclusão desse aspecto.

A Secretária **Cristiane Sampaio** agradeceu a manifestação, informou que o pedido de inclusão da ABETA na Câmara Temática de Segurança Turística seria verificado para fins de ajuste na composição, e esclareceu que a construção da nova categorização foi feita em parceria com o **IPEA**, enfrentando desafios quanto à disponibilidade e confiabilidade das bases de dados. Reconheceu a importância da segurança turística e do turismo de aventura, ressaltando que o tema permanece na pauta do Ministério e que se buscará, tão logo haja condições técnicas e jurídicas, incorporar indicadores mais específicos. O senhor **Wilken Souto** complementou informando que foi encaminhada aos membros a minuta do **Programa Nacional de Segurança Turística**, sob coordenação de Câmara Temática específica, e solicitou que a ABETA encaminhasse contribuições a esse programa. Diante da informação de que a entidade não havia recebido o material, a Secretaria Executiva comprometeu-se a verificar o cadastro de e-mail e reenviar a documentação.

Em seguida, foi dada a palavra, também de forma remota, ao senhor **Márcio Santiago**, presidente da **Federação de Convention & Visitors Bureaux do Brasil (Brasil CVB)**. Ele saudou a Secretária **Cristiane Sampaio**, o Secretário **Carlos Henrique**, o senhor **Wilken Souto**, bem como representantes da Embratur e demais conselheiros, destacando a trajetória de Wilken como referência técnica no Ministério do Turismo e sua contribuição decisiva para os avanços recentes da Lei Geral do Turismo. Recordou que, ainda em 2003, quando a Embratur passou a focar a promoção internacional, houve episódios de promoção do Brasil associados à exploração sexual, situação que foi progressivamente revertida, inclusive por meio do programa **“Turismo Sustentável na Infância”**, do qual o Brasil CVB foi protagonista em ações de conscientização contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Observou que, atualmente, o país enfrenta outro desafio relevante relacionado à **violência e segurança pública**, com casos que afetam a imagem internacional do Brasil, especialmente em áreas litorâneas. Sugeriu que o Ministério do Turismo avalie a retomada ou atualização de programas semelhantes ao “Turismo Sustentável na Infância”, agora focados em segurança, articulando ações com as polícias Militar, Civil

e Federal para coibir abusos e episódios violentos envolvendo visitantes estrangeiros. Destacou que, paralelamente ao crescimento do fluxo internacional (com o novo recorde de 6,8 milhões de turistas), o setor precisa estar atento a esses riscos reputacionais. Informou ainda que o Brasil CVB está organizando um **evento internacional de turismo e saúde** no Rio de Janeiro, em abril do ano seguinte, com apoio das esferas estadual e municipal, e que realizará o **15º Congresso Brasileiro de Conventions & Visitors Bureaux**, de 18 a 20 de novembro, em Juiz de Fora (MG), bem como um **Seminário Internacional de Turismo e Saúde em Ribeirão Preto (SP)**, em 1º de dezembro, como preparatório para o evento do Rio. Encerrando, parabenizou a Secretária **Cristiane Sampaio** pelo trabalho à frente do MTur e reiterou o reconhecimento do setor à sua liderança na agenda de modernização normativa e institucional do turismo brasileiro.

Na sequência da fala do Sr. Márcio Santiago, o Sr. **Wilken Souto** retomou o tema da **segurança turística**, lembrando que o Plano Nacional de Turismo 2024-2027 contempla o eixo “Brasil Seguro” e convidando os conselheiros a contribuírem com a minuta do **Programa Nacional de Segurança Turística**, que sistematizará ações já desenvolvidas em parceria com o Ministério da Justiça, Ministério dos Direitos Humanos e organismos internacionais, incluindo medidas de prevenção à exploração sexual no turismo previstas na Lei Geral do Turismo e em seu futuro decreto regulamentador.

Pela **ABAV**, a Sra. **Geruza** convidou os conselheiros para a **ABAV Expo**, a realizar-se de 8 a 10 de outubro, no Riocentro (RJ), destacando a participação de mais de duas mil marcas, recorde de compradores qualificados em parceria com a Embratur e intensa programação de rodadas de negócios. Em seguida, o Sr. **Cláudio Magnavita** registrou elogios à ABAV e manifestou preocupações com a ausência, por parte do governo federal e do Estado do Pará, de um **“caderno de encargos”** prévio para a hospedagem na **COP30**, o que, em sua avaliação, contribuiu para a prática de tarifas abusivas pela hotelaria e para uma imagem negativa do Brasil. Também fez críticas à suposta **politização de agendas da Embratur** no interior do Estado do Rio de Janeiro. O Diretor **Aldo** esclareceu que a organização da COP envolve vários ministérios e que o MTur vem atuando como mediador junto à rede hoteleira e órgãos de defesa do consumidor, comprometendo-se a levar a sugestão de um instrumento de compromissos à SECOP e demais órgãos envolvidos. A Sra. **Carolina Stolfi** (Embratur) apresentou a agenda nacional do **Plano Brasis**, com visitas a diversos estados, e se dispôs a compartilhar posteriormente, com o conselheiro, a relação detalhada de municípios e reuniões realizadas, reiterando que o foco da Embratur é o diálogo técnico com estados e municípios para promoção internacional dos destinos.

Na continuidade das manifestações, a Sra. **Solange Barbosa** (Coletivo Muda) relatou a participação do Conselho Nacional de Turismo em **reunião interestadual de interconselhos em Brasília**, com foco na COP30 e na participação popular, bem como sua intervenção na **5ª CONAPIR**, em painel sobre **afroturismo** no âmbito do programa **Rotas Negras**. O Sr. **Tony**, pela **Unedestinos**, destacou a parceria com a Embratur em ações de promoção e lamentou a baixa utilização do potencial turístico do Brasil na **Expo Osaka**, sugerindo que, para a próxima Expo (Arábia Saudita), a Embratur lidere a estratégia de promoção turística nacional. Carolina Stolfi explicou que havia previsão orçamentária para Osaka, mas que limitações de recursos impediram a execução, reforçando a intenção de estruturar, no futuro, um **fundo com participação privada** para ampliar a presença internacional do Brasil.

Encaminhando para o encerramento das falas, o conselheiro **Leonardo Volpati** solicitou a **inclusão do SINDEPAT na Câmara Temática de Segurança Turística** e lembrou o compromisso de realização de reunião presencial, em Brasília, com entidades e advogados para tratar da **regulamentação da hospedagem via**

aplicativos. A Secretaria Executiva orientou o envio de ofício para formalizar o ingresso na Câmara e informou que segue tentando compatibilizar agendas para a reunião sobre aluguel de temporada. A Sra. **Juliana Paiva** (ASPAD/MTur) reforçou que está aberto, até **30 de setembro**, o **credenciamento de representantes da sociedade civil para a COP30**, conforme Ofício Circular nº 13/2024, colocando-se à disposição para reenvio do documento caso algum conselheiro não o tenha recebido.

Nos encaminhamentos finais, a Secretária Executiva **Cristiane Sampaio** anunciou a previsão de realização do **Prêmio Nacional do Turismo** em **4 de dezembro**, em Brasília, na mesma data da próxima reunião ordinária do CNT, de modo a possibilitar a participação dos conselheiros em ambos os eventos. O Sr. **Bruno Brito**, representando o **FORNATUR**, parabenizou o MTur e a equipe técnica pelo trabalho na regulamentação da Lei Geral do Turismo e pela condução da Câmara Temática de Regionalização, registrou o **Prêmio Nacional de Turismo Responsável** concedido a iniciativa de etnoturismo em comunidade indígena de Roraima e solicitou a **reativação de campanhas e do “Disque 100”** no combate à exploração de crianças e adolescentes no turismo, diante do aumento de casos na região Norte. Também agradeceu o apoio das linhas de crédito do FUNGETUR e relatou o “problema positivo” de alta ocupação em Roraima, demandando novos investimentos em infraestrutura turística. Após os agradecimentos finais à participação de todos, o Mestre de Cerimônias, em nome da Secretária Executiva, **declarou encerrada a 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Turismo.**

CRISTIANE LEAL SAMPAIO

Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Turismo



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Leal Sampaio**, **Secretário(a) Nacional**, em 10/12/2025, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2701956** e o código CRC **DAF45410**.

Referência: Processo nº 72031.002854/2024-50

SEI nº 2701956